

ATA NÚMERO 43/XII/1ª SL

28.fevereiro.2012 – 15h00

Aos 28 dias do mês de fevereiro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 91/XII/1ª - Iniciativa de Ana Rita Pinto - Pretendem que a alteração do regime de acesso ao ensino superior, para alunos do ensino recorrente, só produza efeito para os acessos posteriores a 2012.

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputada Relatora:** Isilda Aguincha - PSD

5. Petição n.º 94/XII/1ª - Iniciativa da ABIC - Pela alteração do estatuto do bolseiro de investigação.

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputada Relatora:** Nilza de Sena – PSD

6. Conta Geral do Estado de 2010

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado autor do parecer -** Miguel Tiago-PCP

7. Projeto de Lei n.º 155/XII/1ª - BE – Cria o programa de pequeno-almoço na escola

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Relatora:** Inês Teotónio Pereira - CDS-PP

8. Petição 68/XII/1ª - David José Caldas Baptista da Silva - Pretende que seja realizado um referendo nacional relativo ao novo acordo ortográfico.

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Relatora:** Nilza de Sena - PSD

9. Petição n.º 95/XII/1ª - Solicitam medidas legislativas para resposta a situações de violência escolar

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado Relator:** a indicar pelo BE

10. COM (2012) 45 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Computação de alto desempenho: a posição da Europa na corrida mundial

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Deputado Relator:** a indicar pelo PSD

11. Relatório da atividade do Grupo de Trabalho do Regime Jurídico da Cópia Privada (PJL 188/XII/1ª)

- **Apreciação e votação**

12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, que solicita a presença do Senhor Secretário de Estado da Cultura no sentido de clarificar a alienação da TOBIS, mantendo as funções da atual empresa, na área do restauro e da conservação, sem a alienação do património fílmico ou do imobiliário pertencente à empresa.

- **Análise e votação**

13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, que requer a audição do Senhor Secretário de Estado da Cultura, para que preste esclarecimentos, sobre a venda da TOBIS a uma empresa unipessoal alemã, incidindo esta venda na área do restauro e digital garantindo apenas metade dos postos de trabalho da empresa.

- **Análise e votação**

14. Outros assuntos

15. Data das próximas reuniões

29.fevereiro.2012 - 10h00 - Audição Secretária de Estado da Ciência
29.fevereiro.2012 - 14h15 - Reunião do GT/Educação Especial
01.março.2012 - 14h00 - Reunião do GT dos Currículos
01.março.2012 - 14h15 - Audição GT/Desporto – Torcida Verde

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Coordenador do Grupo Parlamentar do PS solicitou o adiamento da apreciação do ponto 11, devido à ausência da Sra. Deputada Gabriela Canavilhas.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência do Deputados do PCP, BE e PEV.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência do Deputados do PCP, BE e PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1. O Sr. Presidente da Comissão fez referência à comunicação que recebeu da Vice-Presidente da Comissão Europeia, Sra. Viviane Reding, sobre a questão da Euronews, distribuída a todos os Deputados. Acrescentou ainda que irá transmitir ao Governo e à direção da RTP as condições e contrapartidas apresentadas pela Comissão Europeia.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS), que felicitou o Sr. Presidente da Comissão pelo esforço e empenho em relação a esta matéria,

- 3.2. O Sr. Presidente comunicou que, devido ao agendamento das Jornadas Parlamentares do BE, para os dias 12 e 13 de março, a audição regimental do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, prevista para dia 13, terá lugar no dia 28 de março, pelas 10h00.

- 3.3. O Sr. Presidente prestou as seguintes informações em relação às iniciativas legislativas abaixo:

Projeto de Resolução n.º 224/XII/1ª (BE), que *recomenda ao governo a suspensão imediata do processo de encerramento dos centros novas oportunidades* – O BE solicitou a sua discussão em plenário, encontrando-se o mesmo já agendado para 29 de fevereiro.

Projeto de Resolução n.º 231/XII/1ª (PCP), que *recomenda ao governo a avaliação, reestruturação e manutenção dos Centros Novas Oportunidades* - Esta iniciativa encontra-se também agendada para a reunião plenária de 29 de fevereiro.

- 3.4. O Sr. Presidente referiu-se ao Projeto de Lei n.º 180/XII/1ª, do PCP – *Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em Formação*, que baixou à 8ª Comissão e à Comissão de Segurança Social e Trabalho, sendo esta a competente. Este Projeto de Lei visa a revogação da Lei n.º 40/2004, que *aprova Estatuto do Bolseiro de Investigação*, que foi apreciada na CECC. Lembrou ainda que baixou à CECC a Petição Nº 94/XII/1, da Associação de Bolseiros de Investigação Científica, *pela alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação*.

Assim, e na sequência da proposta do deputado coordenador do PCP, autor da iniciativa, a Comissão entendeu que o Projeto de Lei e a Petição deveriam ser analisados na mesma Comissão, para apreciação conjunta, pelo que deliberou, por unanimidade, solicitar à Senhora Presidente da Assembleia da República que repondere o despacho em relação ao Projeto de Lei 180/XII, considerando competente a 8ª Comissão e mantendo igualmente a baixa à Comissão de Segurança Social e Trabalho.

- 3.5. O Sr. Presidente informou ainda que chegou à Comissão, através do Gabinete da Senhor Presidente da Assembleia da República, um pedido de audiência da Associação IUNA – Implementar Uma Nova Atitude Social. Foi deliberado que a mesma será agendada de acordo com o sistema de Deputado-piloto, cabendo ao PCP a indicação do Deputado e o agendamento da audiência.

- 3.6. Lembrou ainda que foi distribuído o relatório da audiência concedida à Comissão Organizadora da Queima das Fitas 2012, não se tendo registado observações em relação ao mesmo.

4. **Petição n.º 91/XII/1ª - Iniciativa de Ana Rita Pinto** - Pretendem que a alteração do regime de acesso ao ensino superior, para alunos do ensino recorrente, só produza efeito para os acessos posteriores a 2012.

Presidiu a este ponto o Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Acácio Pinto.

Foram ouvidos, através do sistema de videoconferência (a partir do Colégio D. Dinis no Porto) os seguintes representantes dos peticionários: Ana Rita Araújo, Ana Patrícia Lima, Daniela Espanhol, Alexandra Marques e Daniela Cruz, que justificaram a apresentação da petição com o facto de discordarem da alteração, a meio do ano letivo, da legislação relativa ao acesso dos alunos do ensino recorrente ao ensino superior.

Pese embora reconheçam a necessidade de se proceder a algumas mudanças nos normativos, entendem que as mesmas não deverão ocorrer na véspera do início das inscrições para os exames, quando o estudo está direcionado apenas para a prova específica. Com as alterações agora introduzidas, os alunos do ensino recorrente terão de fazer os mesmo exames que os da via habitual do secundário, o que consideram injusto, não só devido ao *timing*, mas também por não abranger os cursos tecnológicos, profissionais e de Novas Oportunidades.

Concluíram, referindo que esta alteração deverá conduzir ao abandono de muitos alunos, que viram no ensino recorrente uma oportunidade de concluíram o ensino secundário.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Isilda Aguincha (PSD), Acácio Pinto (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP, que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares e colocaram algumas questões, designadamente sobre o número de alunos inscritos no ensino recorrente à data do anúncio das alterações, pelo Ministério da Educação e Ciência, sobre o número de alunos com o ensino secundário concluído que pretendem utilizar esta via para aceder ao ensino superior e questionaram ainda se os alunos que estão na mesma área, não farão os exames que estavam já previsto.

Em resposta às questões, os peticionários afirmaram que as matrículas no ensino recorrente são efetuadas em Setembro, pelo que os alunos foram surpreendidos com as alterações depois de iniciado o ano letivo. Reiteraram ainda que esta medida conduzirá centenas de alunos ao abandono, por exigir, por exemplo, que alunos que deveriam fazer um exame passem a fazer quatro.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

5. Petição n.º 94/XII/1ª - Iniciativa da ABIC - Pela alteração do estatuto do bolseiro de investigação.

A partir deste momento, a reunião passou a ser presidida pela Sra. Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena.

Os representantes dos peticionários – Francisco Curado, Susana Neves e Anxo Conde – apresentaram as razões que presidiram à apresentação da petição, que conta já com mais de 6.000 assinaturas, e que se prendem, fundamentalmente, com o facto de os bolseiros não beneficiarem de um estatuto profissional que valorize e dignifique o seu papel, pese embora sustentem, há vários anos, o sistema científico e tecnológico português, assumindo, de forma crescente, responsabilidades nas áreas técnicas e práticas da atividade científica. Por outro lado, entendem que a crescente limitação de recursos financeiros tem conduzido à fragilização das suas condições de trabalho.

Afirmaram ainda que têm encontrado recetividade por parte da tutela, há alguns anos, mas os problemas inerentes à sua condição têm-se mantido: a impossibilidade de se inscreverem no regime geral da Segurança Social não lhes garante proteção social, os valores dos subsídios

de bolsa estão congelados desde 2002 e, por outro lado, são frequentemente os primeiros a sofrer as consequências das limitações orçamentais, em contexto de dificuldade financeira.

Assim, entendem que é urgente a alteração do Estatuto, por ser injusto, uma vez que coloca em enorme disparidade pessoas com igual formação, insustentável, por ser maioritariamente financiado por verbas do FSE, que se esgotam, e ainda estrategicamente inadequado, quer a nível nacional, quer europeu.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Elza Pais (PS), Miguel Tiago (PCP), Michael Seufert (CDS-PP), Ana Drago (BE) e Duarte Marques (PSD), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares e colocaram algumas questões, nomeadamente sobre o recurso ao Seguro Social Voluntário, sobre o Estatuto do Bolseiro e do Investigador, sobre eventuais contactos com o atual Governo e ainda sobre o que acontece aos projetos em caso de doença dos bolseiros.

Respondendo às questões, os representantes dos peticionários esclareceram que os projetos ficam, em geral, prejudicados em caso de doença dos bolseiros, sobretudo no caso de os mesmos integrarem uma equipa reduzida. Afirmaram ainda que muitos bolseiros não se inscrevem no Seguro Social Voluntário, uma vez que o valor do subsídio de doença é muito baixo. Outro dos problemas com que se debatem os bolseiros tem a ver com o desemprego, pelo facto de as bolsas serem limitadas no tempo, e com a inexistência do respetivo subsídio.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

6. Conta Geral do Estado de 2010

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Projeto de Lei n.º 155/XII/1ª - BE – Cria o programa de pequeno-almoço na escola

Na ausência da Deputada relatora, o parecer foi apresentado pelo Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP). Após a intervenção da Sra. Deputada Ana Drago (BE), foi o mesmo aprovado por unanimidade.

8. Petição 68/XII/1ª - David José Caldas Baptista da Silva - Pretende que seja realizado um referendo nacional relativo ao novo acordo ortográfico.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

9. Petição n.º 95/XII/1ª - Solicitam medidas legislativas para resposta a situações de violência escolar

Apreciada a nota de admissibilidade, a Comissão deliberou, por unanimidade, admitir a petição, tendo sido designada relatora a Sra. Deputada Ana Drago (BE).

10. COM (2012) 45 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Computação de alto desempenho: a posição da Europa na corrida mundial

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) sugeriu não efetuar escrutínio em relação a esta iniciativa, o que foi aceite por todos os presentes.

11. Relatório da atividade do Grupo de Trabalho do Regime Jurídico da Cópia Privada (PJL 188/XII/1ª)

Adiado.

12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, que solicita a presença do Senhor Secretário de Estado da Cultura no sentido de clarificar a alienação da TOBIS, mantendo as funções da atual empresa, na área do restauro e da conservação, sem a alienação do património fílmico ou do imobiliário pertencente à empresa.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o requerimento, tendo o mesmo sido discutido conjuntamente com o requerimento do BE.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, que requer a audição do Senhor Secretário de Estado da Cultura, para que preste esclarecimentos, sobre a venda da TOBIS a uma empresa unipessoal alemã, incidindo esta venda na área do restauro e digital garantindo apenas metade dos postos de trabalho da empresa.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, esclarecendo que o mesmo foi escrito com base na primeira informação distribuída aos trabalhadores, que referia que a empresa compradora era alemã.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) disse acompanhar as preocupações apresentadas nos requerimentos, chamando a atenção para o facto de a Tobis ser o único laboratório português capaz de fazer cópia de filmes a cores. Assim, considerou urgente obter um esclarecimento cabal de todos os contornos desta transação, lembrando que o acordo inicial previa manter em funcionamento o laboratório.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) referiu que o problema da Tobis é antigo e sublinhou que o Secretário de Estado cumpriu o que prometera, quando afirmou que os trabalhadores seriam os primeiros a serem informados acerca do destino da empresa. Lembrou ainda que se encontra agendada uma audição daquele membro do Governo, para o dia 20 de Março, pelo que este assunto poderá ser discutido nessa audição.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) lamentou o desfecho da Tobis, considerando-o, todavia, inevitável. Referiu ainda que o Sr. Secretário de Estado terá oportunidade de explicar, na audição do dia 20 de março, como é que o acordo foi negociado.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) propôs a criação de uma ronda específica para este assunto, na grelha de tempos da audição regular do dia 20 de março, tendo o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) e a Sra. Deputada Catarina Martins (BE) manifestado a sua concordância em relação a esta proposta, caso não exista disponibilidade para a realização de uma audição específica para este efeito.

Os Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP) e Conceição Pereira (PSD) consideraram que existe tempo suficiente, na audição de 20 de março, para abordar esta matéria.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) anunciou que iria apresentar um requerimento a propor a discussão deste tema numa ronda específica da audição regular, prevista para 20 de março.

14.Outros assuntos

15.Data das próximas reuniões

29.fevereiro.2012 - 10h00 - Audição Secretária de Estado da Ciência

29.fevereiro.2012 - 14h15 - Reunião do GT/ Educação Especial

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Elza Pais
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves